

CAMILO E A HISTÓRIA

ANÍBAL PINTO DE CASTRO
(Univ. de Coimbra)

135

As minhas primeiras palavras são naturalmente para agradecer aos Colegas promotores deste Colóquio, e em especial à Prof.^a Maria de Fátima Marinho, o convite que tiveram a gentileza de me fazer para nele participar. Grande pena tenho de não poder demorar-me no Porto, a cidade camiliana por excelência, durante os dias em que ele vai decorrer, mas outras obrigações me chamam, negando-me uma vez mais a possibilidade de ter as minhas devoções!...

Quando a Maria de Fátima Marinho me convidou para vir a esta reunião consagrada ao tema *História e Literatura*, lembrei-me de lhe propor uma breve reflexão sobre o papel da História na constituição das histórias narradas na novela camiliana de actualidade. Esse será, pois, o objecto das considerações que vou submeter à vossa atenção. Antes, porém, penso que não será talvez descabido lembrar algumas ideias de ordem um tanto mais geral.

A primeira, não pode deixar de suscitá-la o problema de sabermos o valor da obra literária, e nomeadamente da ficção romanesca, como documento “histórico”. Ou seja, poderão os historiadores de ofício considerar no seu trabalho heurístico e hermenêutico os dados imaginosos fornecidos pelo discurso novelesco de um romancista como Camilo ou como Eça?

Para quem conhece a obra desses dois ficcionistas, não restam dúvidas de que sim. Bastará ler, por exemplo, as páginas do estudo do Prof. Gaspar Martins Pereira (que é Doutor em História Contemporânea, e não em Literatura!) intitulado *No Porto Romântico, com Camilo*¹. Significa isto que o texto literário pode sempre, mas com particular incidência em certas épocas e em certos criadores como Camilo, oferecer uma base histórica para o conhecimento do passado, de não menor valor nem significado, porque mais viva e, por conseguinte, mais atraente como objecto de leitura e de recriação de mundos possíveis nos domínios da imaginação, do que os documentos guardados nos códices solenes dos arquivos. Por isso o historiador da sociedade portuguesa de Oitocentos – e de modo particular daquela mescla que nas províncias do Norte, cujo centro era o Porto, reunia burgueses e aristocratas, plebeus e nobres de velha estirpe ou de fresca data, honrados comerciantes e “brasileiros” boçais que na Hospedaria do Estanislau da Batalha, mantinham «a sem-cerimónia do chinelo de

¹ *No Porto Romântico, com Camilo* (e itinerário camiliano na Foz do Douro de hoje), Fotografias de Manuel de Araújo, Porto, Casa Comum, Centro Cultural O Progresso da Foz, 1997.

liga à mesa redonda, [cujos] colarinhos arregaçados deixavam arejar as pescoceiras rorejantes de suor, que se limpavam aos guardanapos [e onde] cada qual podia comer o arroz com a faca e o talharim com o garfo; [que descascavam] a laranja à unha, e os carochos das azeitonas podiam ser cuspidos na mesa, bem como as esquirolas do pernil de porco desentaladas a palito das luras dos queixais²; severas matronas de mantilha, honradas esposas de comerciantes abastados, como as comadres das *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado*, e jovens românticas, a quebrar de elegância pela cintura espartilhada, mesquinhos interesses em conflito com ideais tão apaixonados como vazios de dinheiro e de senso comum. Por isso – dizia – esse investigador há-de encontrar nas páginas de Camilo um documento de interesse bem mais convincente do que no recesso dos arquivos.

Aliás, já Júlio Lourenço Pinto dizia isto mesmo em 1885, na sua hoje tão esquecida *Estética Naturalista*:

«O historiador que quiser retratar a fisionomia do século XIX, não irá estudar os costumes e a vida das classes nos romances de 1830 [leia-se: nos romances históricos], mas é em Balzac, Flaubert, Zola e Daudet que irá respigar os materiais para o seu trabalho»³.

Outra ordem de considerações é suscitada pela relação entre os acontecimentos que, porque situados no passado, são propriedade da História e aqueles que, colhidos na contemporaneidade do escritor, ainda não ganharam esse estatuto, por assim dizer nobilitante.

Sem remontar às relações profundas que Aristóteles estabeleceu na *Poética* entre História e Poesia épica, o modo narrativo clássico por excelência, nem nos demorarmos nas repercussões que essa teoria teve na elaboração da cronística historiográfica e na ficção novelesca entre o Renascimento e o Barroco, podemos bem dizer que o chamado “romance de actualidade” deriva entre nós de duas matrizes principais: a recepção de obras do género que as outras literaturas europeias já haviam canonizado, como as de Balzac, Flaubert, Dickens, etc., e a natural evolução do romance histórico, a que Maria de Fátima Marinho dedicou tão detida atenção⁴, rumo ao romance de actualidade.

Ora o romance histórico, tal como o concebera Alexandre Herculano, ao fazer dele uma ressurreição do passado que servisse de ilustração às páginas severas da sua obra de historiador, oferecia sérias dificuldades para quem, como a esmagadora maioria dos seus cultores, não tinha uma formação histórica minimamente suficiente para fazer obra fidedigna, pelos seus temas, pelo desenho das personagens, pela recriação dos ambientes onde a acção se desenrolava, ou até pelo estilo, como Garrett contundentemente criticava, num conhecido passo do capítulo V das *Viagens*, a propósito da literatura de ficção, fosse romanesca, fosse dramática:

«Trata-se de um romance, de um drama – cuidas que vamos estudar a história, a natureza, os monumentos, as pinturas, os sepulcros, os edifícios, as memórias da época? Não seja pateta, senhor leitor, nem cuide que nós o somos [...]

Todo o drama e todo o romance precisa de:

Uma ou duas damas, mais ou menos ingénuas,

² *O Cego de Landim*, das *Novelas do Minho*, in *Obras Completas*, Ed. de Justino Mendes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, vol. VIII, p. 100 (utilizarei sempre esta edição).

³ *Esthetica Naturalista. Estudos criticos*, Porto, Livraria Portuense, 1939, p. 194.

⁴ *O Romance Histórico em Portugal*, Porto, Campo das Letras, 1999.

Um pai, – nobre ou ignóbil,
 Dois ou três filhos, de dezanove a trinta anos,
 Um criado velho,
 Um monstro encarregado de fazer as maldades,
 Vários tratantes, e algumas pessoas capazes para intermédios e centros.
 Ora bem; vai-se aos figurinos franceses de Dumas, de Eugène Sue, de Vítor Hugo, e *recorta* a gente, de cada um deles, as figuras que precisa, gruda-as sobre uma folha de papel da cor da moda, verde, pardo, azul [...] Depois vai-se às crónicas, tiram-se uns poucos de nomes e de palavras velhas; com os nomes crismam-se os figurões, com os palavrasões *iluminam-se...* (estilo de pintor pinta-monos). – E aqui está como nós fazemos a nossa literatura original⁵.

E foi assim que os temas do romance histórico se vieram progressivamente aproximando da actualidade. O caso de Rebelo da Silva é paradigmático. Autor de uma *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*⁶, escolheu justamente essas épocas para cenário da sua obra de ficção, com romances como *A Mocidade de D. João V* (1855), *A Última Corrida de Touros em Salvaterra*, *A Casa dos Fantasmas*, que traz como subtítulo «episódio do tempo dos Franceses». Mas não é único, pois essa mesma evolução se verifica com João de Andrade Corvo, com *Um Ano na Corte* (1850-1851), Arnaldo Gama, que se aproxima ainda mais de Oitocentos com *Um Motim há Cem Anos* (1861) ou *O Sargento-mor de Vilar* (1863), ou com Silva Gaio no *Mário* (1866), entre outros. E note-se que este género de produções era as mais das vezes suscitado pela voga do folhetim que, naqueles bons tempos de gostos românticos, servia de pábulo à curiosidade do público leitor e angariava significativos proventos para os proprietários e redactores de revistas e jornais, sempre afectados pela doença endémica da falta de recursos.

Em Camilo não houve qualquer evolução que desta possa aproximar-se. Dir-se-ia que as suas experiências no âmbito do romance histórico surgiram mais da sua curiosidade ou do seu gosto de coleccionador de papéis velhos, manuscritos ou impressos, que lhe permitiram ser simultaneamente um esquadrinhador do passado, através de pequenas investigações, consagradas a figuras ou acontecimentos pelos quais se interessava, em textos curtos, elaborados quase sempre para responder a solicitações de colaboração em publicações periódicas de vária índole, com as quais ia engrossando as suas receitas de trabalhador da pena.

Não irei por isso demorar-me sobre o romance histórico de Camilo, tal como o realizou n' *O Santo da Montanha* (1866), n' *O Judeu* (1866), n' *O Olbo de Vidro* (1869), n' *O Senhor do Paço de Ninães* (1867) ou n' *O Regicida* (1874), entre outros.

Insistirei tão-só na ideia de que a atenção pelo romance histórico não resulta de um percurso que o trouxesse dos temas do passado aos temas da sua actualidade. Basta para isso repararmos nas datas da respectiva publicação.

Dir-se-ia (e é um ponto que convirá averiguar com mais tempo, em clave de intertextualidade), que o novelista, motivado por qualquer notícia, mais ou menos pormenorizada, colhida na leitura de documentos antigos, logo a aproveitava para publicar mais uma obra e cobrar por ela os respectivos direitos de autor.

Darei apenas como exemplos *O Senhor do Paço de Ninães*, cujas ruínas convizinhavam com S. Miguel de Seide, novela para a qual encontrou farto apoio de fundamen-

⁵ *Viagens na Minha Terra*. Intr. e notas de Augusto da Costa Dias. Lisboa, Portugália Editora, 1963, pp. 34-35.

⁶ Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1871.

tação histórica, como já mostrei noutra oportunidade⁷, no *Nobiliário do Conde D. Pedro*, na *História Sebástica*, de Fr. Manuel dos Santos, na *Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça, na *Ásia Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, na *História de S. Domingos*, de Fr. Luís de Sousa, na *Memorável relação da perda da nau Conceição*, de João Carvalho Mascarenhas e até em largos passos da *Pregaçam que dizem que fez o Daíam da Sé de Silves, do Algarve, em Lisboa nas exequias del-Rei Dom Sebastiam...*, que outros atribuíam a um colegial da Companhia de Jesus, Luís Álvares de seu nome, texto que encontrara manuscrito num códice autógrafo de Fernão Rodrigues Lobo Soropita, conforme declara em extensa nota de rodapé⁸.

Ou *O Santo da Montanha*, onde, para descrever a procissão triunfal de *Corpus Christi*, em Braga, a que assistem o fidalgo Lopo de Sampaio e sua filha Mécia, recorre à *Relação do recebimento e festas que se fizeram na Augusta Cidade de Braga, à entrada do Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Rodrigo da Cunha, arcebispo e senhor dela, primaz das Hespanhas*, impressa naquela cidade em 1687, ou a versão abreviada e certamente menos barroca que dela dera Cunha Rivara no vol. IV do *Panorama*.

A mesma preocupação, que neste género de novela, poderia atribuir-se à intenção de, à semelhança de Herculano, dar-lhe foros de fundamentação científica, aparece, porém, com igual insistência, em certas novelas de actualidade. E é esse aspecto da constituição da diegese camiliana que eu gostaria de propor hoje à vossa consideração.

Foi o século de Oitocentos, em cujo centro se situa cronologicamente todo o nosso movimento romântico, uma época extremamente agitada em Portugal. As três invasões das tropas napoleónicas, primeiro, a Revolução de 1820, depois, e por fim as Lutas Liberais, com todos os acontecimentos, mutações e convulsões que se lhes seguiram, e que incidiram com especial impacto nas províncias nortenhas, palco privilegiado da novela camiliana, constituem, sem sombra de dúvida, algumas das páginas mais dinâmicas e sociologicamente mais ricas de toda a História de Portugal. Diria mesmo que, ao comezinho nível provinciano do dia-a-dia vivido por populações cuja cultura não beneficiaria de qualquer grau de escolaridade, e apenas se afirmava pela ancestral sabedoria popular, essa época supera em múltiplos movimentos de dramatismo o século dos Descobrimentos ou o período barroco, ainda que dominado pelas guerras da Restauração.

Os movimentos militares, os golpes palacianos, com as espadas dos Marechais de Saldanha e Duque da Terceira, ou com as habilidades dos políticos treinados desde 1820 nas lides parlamentares, mesmo sem o brilho dos primeiros tempos, onde se faziam ouvir as vozes de Garrett ou de José Estêvão, causavam manifesta instabilidade nas instituições como nas consciências, tudo agravado pela inexperiente juventude de uma Rainha muitas vezes desprovida de apoios e dedicações. Lembremo-nos de como caiu o anjo que em Caçarelhos habitava a alma cândida de Calisto Elói de Silos Benevides e Barbuda!...

A nobreza, até então apoiada nos privilégios conferidos pelos pergaminhos heráldicos, mas que, no dizer de um ditado popular, dispendo de pouca comedoria era gaita que não assobiava, procurava reabastecer os cofres exauridos, graças a casamentos desiguais com elementos da burguesia endinheirada no comércio e na emigração, que tinha no capital a grande arma da sua afirmação social, e que muitas vezes só se sentia satisfeita com a ascensão ao foro da nobreza, mediante a obtenção de títulos de irrisória ressonância, que aliás Camilo não poupa, em passos como o do capítulo II das *Aventuras de Basílio Fernandes Enxertado*, justamente intitulado «As delícias portuenses do peixe frito, antes da civilização». Vale a pena recordar as suas próprias palavras:

⁷ Cf. «Da História à ficção na novela camiliana – Uma leitura d' «O Senhor do Paço de Ninães» em clave de inter-textualidade», in *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos europeus*, Org. de Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto, Lisboa, Ed. Presença, vol. I, pp. 119-131.

⁸ *Obras Completas*, VI, p. 249.

«Este peixe frito era naquele tempo um recreio muito dilecto das famílias do Porto, já distintas por abastança comercial. Vivem ainda muitas ilustres matronas, que se pejam agora de contarem as ditosas horas da mocidade que passaram no peixe frito de Valbom e do Reimão. Os vinte anos volvidos de progresso, progresso de trevas em que caíram aquelas alegres almas, está-lhes sendo agora mortificação de vergonha, se acaso algum contemporâneo, em hora de sinceridade e talvez poesia, diz a alguma dessas contrafeitas vítimas da civilização: – “Lembra-se a Senhora Baronesa daquelas felizes tardes do sável assado e das azeitonas de Sevilha em S. Roque da Lameira?” – Esta injuriosa pergunta é feita à ilustre dama, no momento em que ela esconde as mãos grosseiras na lustrosa pele do regalo, ou contorce os pés, saudosos da liberdade antiga, no constritor polimento, e nas outras muitas compressas dolorosas com que a austera natureza se está vingando»⁹.

Numa época em que, em literatura, se exaltavam descabeladamente os “direitos” ideais do coração e da sensibilidade, em detrimento dos grosseiros interesses materiais da pecúnia ou dos preconceitos sociais de castas (e convém lembrar que tais preconceitos não eram apenas os da nobreza de antiga genealogia, mas ganhavam relevo bem maior no espírito dos comerciantes enriquecidos e preocupados em não delapidar as fortunas agenciadas pelo seu trabalho, aliás nem sempre muito limpo, dotando meninas apaixonadas por pintalegretes que passavam noites em estúrdias de botequim ou em atormentados partos de rimas mancas!), não faltavam fontes de conflitos que atingiam o mais íntimo das famílias em quezílias de gerações que acabavam muitas vezes nos conventos, destino que, pela sua frequência, tanto impressionou, e com alguma razão, a luneta petulante da *così detta* Princesa Rattazzi¹⁰.

É, pois, a este ambiente *histórico* que Camilo vai buscar os grandes temas da sua novela. E daí o forte cunho passional ou social, seja em termos de crítica, seja de pedagogia, que a caracteriza.

Mas numa reacção salutar contra as próprias debilidades desse tipo de matéria narrada, e sempre fiel a uma constante preocupação moralizadora, Camilo vai procurar contrabalançar os exageros da sua sensibilidade efabuladora com a proximidade a uma realidade vivida ou comprovada através de uma documentação credível, porque susceptível de ser submetida a provas de verificação, através da História sua contemporânea.

E se é certo que, nascido em 1825, o Autor já podia considerar *históricos* os acontecimentos relativos às Guerras da Independência contra o invasor francês, ou até as vicissitudes da luta pela vitória do Liberalismo, terminada em 1834, com a derrota do Rei D. Miguel e a Convenção de Évora-Monte (tinha Camilo 9 anos), o mesmo não deixava de acontecer com as perturbações da Maria da Fonte e a Revolta da Patuleia, chegando a dar-se como figurante num episódio da guerrilha minhota do General

⁹ *Ib.*, vol. III, pp. 1193-1194.

¹⁰ Veja-se Maria Rattazzi, *Portugal de Relance*, Actualização do texto, introdução e notas de José M. Justo, Lisboa, Edições Antígona, 1997. Na sequência de duas viagens a Portugal, escrevera a leviana cronista um livro intitulado *Le Portugal à vol d'oiseau. portugais et Portugaises* (Paris, A. Degorce-Cadot, 1879), logo traduzido para português sob o título de *Portugal de Relance* (Lisboa, Livraria Zeferino, 1881). Referindo-se ao romance de Camilo, escrevera ela: «Particularidade curiosa! Todos os romances do solitário de S. Miguel de Seide contêm infalivelmente um tipo de brasileiro, uma rapariga que se recolhe a um convento, um fidalgo de província e um romântico apaixonado e transparente. É invariável como a chuva e o bom tempo» (*ib.*, pp. 336-337). Como se sabe esta infeliz e injusta opinião desencadeou as iras de Camilo, dando lugar a uma acesa polémica (cf. Alexandre Cabral, *Polémicas de Camilo*, vol. VII. Lisboa, Livros Horizonte, 1982, pp. 105-198).

Mac-Donell. É que as consequências de tais acontecimentos na vida do País e das populações, sobretudo das nortenhas, eram de tal modo importantes, que desde cedo os cidadãos, independentemente do seu grau de cultura, depressa adquiriram uma noção muito clara de que estavam a viver e a fazer *História*.

É este quadro histórico que Camilo bem conhecia, por testemunhos directamente colhidos entre familiares, amigos e conhecidos, obtidos através de indagações pessoais feitas junto de quem suspeitava que lhas podia fornecer, na leitura de jornais, folhetos ou outras fontes impressas e manuscritas, a mais conhecida das quais, mas não única, são os *Apontamentos para a historia da Revolução do Minho em 1846 ou da Maria da Fonte escriptos pelo Padre casimiro, finda a guerra, em 1847*, de cujo manuscrito, publicado em 1883¹¹, pudera fazer uma demorada leitura, graças à generosa ingenuidade do famoso General das Cinco Chagas, e de que se aproveitaria, não sem alguma falta de escrúpulos, na *Maria da Fonte*, cujo prefácio é datado de S. Miguel de Seide, a 21 de Novembro do ano seguinte, que vai traçar o enquadramento da sua novela de actualidade, aí buscando, ao mesmo tempo, o suporte de credibilidade sobre o qual desejava construir o edifício da sua ficção romanesca.

E a este propósito, não será porventura inútil, mesmo tendo em conta a dose de insinceridade ou de ironia que sempre marcava afirmações deste teor na mente e na pena de Camilo, o conhecido protesto que faz logo no capítulo I de *Carlota Ângela*, de 1858:

«... portanto, desde já me desquito com os leitores se, no decurso deste romance, me apodarem de insulso e desimaginoso.

VERDADE, NATURALIDADE E FIDELIDADE

é a minha divisa, e sê-lo-á enquanto este globo se não reconstituir à feição do disparate com que uns o alindam e outros o desfeiam»¹².

Ora é justamente para servir este ideal ou esta preocupação de verdade, naturalidade e fidelidade que, mesmo ao abordar temas seus contemporâneos, ou quase, Camilo sente necessidade de recorrer a uma fundamentação histórica, fosse colhida em fontes documentais ou fosse obtida através de testemunhos vários.

Por outro lado, essa preocupação relaciona-se directamente com uma outra afirmação que tiro de *Vingança: Eu não tenho imaginação, tenho memória*. Claro está que isto estava longe de ser verdade. Mas era como se, para contrabalançar os perigos da imaginação, que sabia possuir e exercitava a partir dessa realidade, sentisse necessidade de se justificar, recorrendo à fundamentação histórica, acerca dos acontecimentos do seu próprio tempo.

Vejamos agora (que o tempo urge!) alguns casos concretos.

E seja o primeiro o *Amor de Perdição*, onde a história da família do Corregedor Domingos José Correia Botelho de Mesquita e Menezes dá lugar, logo no início, a um aproveitamento de documentos relacionados com os antepassados do próprio Camilo. No entanto, este não é dos exemplos mais completos para o fim que temos em vista.

N' *A Mulher Fatal* (de 1870) desenvolve um entrecho a partir da notícia do incêndio que devorara, na noite de 1 para 2 de Novembro de 1860, o Convento de S. Marcos, perto de Coimbra, antigo cenóbio de frades Jerónimos, vendido a particulares depois de 1834, notícia que vira no jornal *O Conimbricense* dirigido pelo seu amigo Joaquim Martins de Carvalho, completando-a depois através da notícia que acerca do desastre

¹¹ Braga, Typographia Lusitana, 1883.

¹² O. C., II, p. 916.

colhera junto do proprietário, José António Rebelo Carneiro, que no romance aparece como protagonista, sob o nome de Carlos Pereira.

No *Livro de Consolação*, de 1872, toda a história de Eduardo Pereira anterior ao seu encontro com Venceslau Taveira, no quartel-general de Massena, em Santarém, segue ponto por ponto um caso real de que tivera conhecimento, através de uma carta, transcrita do ms. 872 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que, embora não coincida textualmente com a que Camilo insere no romance, contém os mesmos dados. Nessa carta, uma senhora de nome Maria José de Portugal e Meneses, refere ao General Junot ter casado a ocultas, numa igreja dos arredores de Barcelos, e contra a vontade dos pais, mas com licença canónica do Arcebispo de Braga, com José Maria de Sá Felgueiras Benevides. No intento de a casarem com outro pretendente e cegos pelo ódio, os pais movem um processo contra o genro, com o intuito de o fazerem condenar a degredo, e forcem-na a entrar no Convento de Santa Clara de Coimbra, de onde sairia em 1807, por intervenção de Junot, acabando por viver longos anos em companhia do marido, a quem sobreviveu, depois de lhe ter dado sete filhos. Seria longo estabelecer as semelhandas desta história real com a ficção que envolveu D. Antónia Portugal. Do que, porém, não há dúvida, é da sua preocupação de fundamentar nos dados da História a efabulação romanesca que imaginara para aquele caso de amor romântico.

Há na história do nosso século XIX acontecimentos que deram à novela camiliana repetidos fundamentos de história. Um dos mais conhecidos e por ele explorados foi o atentado contra os Lentes e os Cónegos de Coimbra, junto de Condeixa, quando iam de viagem para Lisboa cumprimentar o Rei D. Miguel pela sua subida ao trono. Veja-se *O Retrato de Ricardina* ou *A Viúva do Enforcado*, das *Novelas do Minho*. Neste último texto, e a propósito do comportamento de António Maria das Neves Carneiro, um dos implicados no crime que conseguira fugir, mas que viria a perder-se pela sua paixão por Teresa de Jesus, a viúva do ourives Guilherme Nogueira, o Autor remete, em notas de rodapé, para a *Memória do que aconteceu na cadeia do Limoeiro com os nove réus estudantes de Coimbra que no dia 20 de Junho de 1828 padeceram o suplício em que um deles, Manuel Inocêncio de Araújo Mansilha, foi baptizado*, de Fr. Cláudio da Conceição¹³, ou aproveita o texto da própria sentença que andava impressa e pudera ler nos *Apontamentos para a História Contemporânea* de Joaquim Martins de Carvalho, publicados em Coimbra em 1868. Ou ainda a informação que, por carta, lhe dera o seu amigo Pinho Leal.

A Bruxa de Monte Córdova, de 1867, oferece outro exemplo curioso deste tipo de aproveitamento de documentos históricos.

Como é sabido, a acção romanesca inicia-se com o noviciado forçado de Tomás de Aquino, no mosteiro beneditino de S. Miguel de Refojos e do seu enamoramento pela bela Florinda Angélica. O estatuto dos *donatos*, um dos quais era amigo fiel do jovem, é definido a partir do conhecimento das *Constitutiones Monachorum Nigrorum* de 1629 e das *Constituições da Ordem de S. Bento*, de 1590, explicitamente citadas em rodapé. Por concorrência na obtenção das graças da moça, trava-se acesa luta entre Tomás de Aquino e Fr. Plácido de S. Tomás, de que resulta a instauração de um processo e a condenação do primeiro. O santo Fr. Jacinto de Deus é o seu desvelado confessor e protector. O noviço condenado apresentava-lhe «argumentos colhidos nalgum livro racionalista dos que por lá estavam mal escondidos na livraria». E logo, para provar esta afirmação, ilustra-a com significativa nota infra-paginal, que transcrevo na íntegra:

¹³ Lisboa, Impressão Régia, 1828.

«Alguns livros franceses do século XVIII se tinham derramado pelos mosteiros beneditinos, enviados desde o Grão-Pará, pelos anos de 1760, por o bispo D. Fr. João de S. José Queirós, frade da Ordem de S. Bento. Possuimos a carta autógrafa que acompanhava a remessa ao Mosteiro de S. Bento de Lisboa. Honra, porém, se faça ao cauteloso bispo, que ferventemente recomenda que os livros proibidos se devem vedar aos espíritos novos e incapazes de os digerirem e remastigarem, sem dano da fé»¹⁴.

Entretanto, um dos inimigos de Tomás de Aquino, filho do Marquês de Ponte de Lima, deixara-se enfeitiçar pelos encantos de Florinda e tentara raptá-la, pelo que sofreu severo castigo. E surge nova nota de rodapé, onde se lê:

«Encontro à volta com vários papéis que pertenceram ao Mosteiro de Tibães, a participação desta criminosa tentativa de Fr. Joaquim do Sepulcro. É o capitão-mor de Cabeceiras de Basto que a remete ao D. Abade-Geral, fortalecendo-a com o depoimento do boticário e de outros lavradores convidados para rebaterem o assalto à casa do Picoto. No verso do papel, está escrito: *Devassou-se, e não se esclareceu nada com que se possa ou deva processar o colegial Fr. Joaquim do Sepulcro*»¹⁵.

Todas as peripécias do processo levantado contra Tomás de Aquino, segundo declara o autor em nova nota, são cópia «textual do processo que tenho presente, e veracíssimo tudo que diz respeito a este conflito»¹⁶.

O forçado noviço acaba por fugir de Tibães, tendo o autor colhido a notícia da fuga nuns *Anais de Tibães*, escritos até 1812 por Fr. João de Guadalupe e desse ano em diante por Fr. Bernabé de Santa Gertrudes!

Para a história do edifício deste Mosteiro socorre-se da *Benedictina Lusitana*, de Fr. Leão de S. Tomás, dando cuidadosa referência bibliográfica dos passos aproveitados.

Na sequência da fuga, alista-se o jovem no exército liberal, desembarcando no Mindelo, integrado nos Voluntários da Rainha. A partir daqui o cenário desenrola-se nas trincheiras e baluartes do cerco do Porto. E para dele dar mais segura notícia vale-se da *História do Cerco do Porto*, de Luz Soriano, d'*A Guerra Civil em Portugal* do Coronel Owen, cuja filha teria o trágico destino de um casamento com António Augusto Pinto de Magalhães, numa aventura romântica a que Camilo, em circunstâncias algo estranhas, não foi alheio, e da *História da Guerra da Sucessão em Portugal*, do Almirante Charles Napier, traduzida lastimavelmente, segundo o autor do romance, por Manuel Joaquim Pedro Codina¹⁷.

E até os exorcismos feitos a Florinda Angélica, supostamente endemoninhada, mas apenas demente de fanatismo e de saudade, se vêem sustentados, embora com evidente e sarcástica ironia, por bibliografia adequada, como Brognolio, dando lugar a este comentário suplementar do autor:

«A mais cabal, completa e irrefragável prova que conheço da convivência que os demónios têm connosco é um livro latino de autor alemão, João Godofredo Mayer. Não pude mais duvidar da concomitância em que vivo com os espíritos

¹⁴ O.C., V, p. 1246.

¹⁵ *Ib.*, p. 1253.

¹⁶ *Ib.*, p. 1255.

¹⁷ *Guerra da Sucessão em Portugal, pelo almirante Carlos Napier, conde do Cabo de S. Vicente. Londres: 1836. (Lisboa, Tipografia Comercial, 1841).*

imundos, sob diversos feitios, desde que li a *Historia diaboli seu commentatio de diaboli, malorumque spirituum existentia, statibus, judicis, consiliis, potestate*. Tubingae, 1780.¹⁸

E quantos outros exemplos se poderiam dar. Permitam-me que refira apenas mais um, deixando de lado, embora com pena, o aproveitamento que faz da *Resenha das principaes cadêas da Europa*, do Doutor (e futuro Bispo de Betsaida) António Aires de Gouveia, publicada em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, em 1860, nos discursos do deputado Libório Meireles, d'*A Queda dum Anjo*, bem como da publicação que fizera de algumas traduções das *Elegias* de Tibulo na revista *O Instituto*, quando lhe estabelece a biografia, como já demonstrou amplamente Ricardo Jorge¹⁹.

Refiro-me a *Onde Está a Felicidade?* Sobretudo no Prólogo, quando narra a morte do Fidalgo da Bandeirinha e o afogamento de João Antunes, por alcinha O Kágado, no desastre da Ponte das Barcas, como ainda recentemente sublinhou o Dr. Marco Paulo Duarte no seu excelente prefácio à edição da obra há pouco saído dos prelos, sob os auspícios da Editorial Caixotim²⁰.

Mas quantos outros exemplos podemos encontrar, na sequência do falso D. Miguel d'*A Brasileira de Prazins*, n'*A Corja* (para cuja elaboração pedia por carta a Chardron os programas das peças representadas nos teatros do Porto, para dar total verosimilhança à vida dos Macários na Cidade Invicta), nas *Estrelas Propícias*, ou n'*Um Homem de Brios*, onde aproveitou tão de perto um diário escrito por certa menina sua apaixonada de nome Gertrudes, que em breve espero editar com adequado estudo preliminar! Tenho, porém, de terminar.

Os exemplos que aqui trouxe apenas tiveram a intenção de suscitar a atenção dos investigadores para a polimórfica riqueza de processos da construção da diegese na novela camiliana e para a sua constante preocupação de conferir, através da contraprova histórica, foros de uma verdade que desse às suas criações ficcionais, não apenas credibilidade, mas um cunho muito pessoal que, distinguindo-as da fancaria literária corrente no seu tempo, o impusesse como um escritor consciencioso e sério, tanto no aspecto ético, como no estético, fugindo às receitas das novelas francesas que, segundo declara numa carta ao Visconde de Ouguela, eram moxinifadas que já não tinha paciência para ler, encarregando dessa tarefa a dedicada Ana Plácido, que depois lhas resumia, e fazendo da sua obra um factor de educação da sensibilidade social e afectiva dos seus leitores e, sobretudo, das suas leitoras. Era a sua maneira de contrariar a má fama que as novelas tinham de desmoralizadoras das sociedades modernas, como ele próprio afirma com significativa frequência.

Importa, por outro lado, não esquecer que a comparação entre estes intertextos e o discurso narrativo camiliano constitui um verdadeiro laboratório para determinarmos os mistérios da criação artística, que é, afinal de contas, uma operação de metamorfose de que decorre toda a valia literária desse discurso, da *inventio* diegética à elaboração das personagens, à organização estrutural da narrativa e, de modo muito especial, à feitura do estilo, através de transformações que vão da transcrição à modernização, passando pela adequação do significante de matriz arcaizante ao significado corrente na época da escrita, numa espécie de cadinho onde se fundem registos vários, em regime de diacronia e de sincronia, de falares próprios de classes que os modernos cultores da socio-linguística alguma vantagem teriam em aproveitar.

¹⁸ Loc. cit., p. 1361.

¹⁹ Veja-se *Camillo e Antonio Ayres. Seguido do poema "As Commendas"*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1925, p. CLXXXIUV e ss.

²⁰ *Onde Está a Felicidade?*, Prefácio e fixação do texto de Marco Paulo Nicolau Duarte, Porto, Edições Caixotim, 2003.

Além de que este processo não é único, antes se conjuga com muitos outros, onde um atento conhecimento dos factores de ordem social, das constantes que, depois de terem caracterizado, ao longo do tempo, a colectividade portuguesa, a definem com rara fidelidade nas pessoas vivas que o escritor conhecia ou simplesmente encontrava no seu dia-a-dia, quando buscava, sempre insatisfeito, uma resposta uníssona que satisfizesse a sua aguda sensibilidade aos valores semânticos e estilísticos da língua portuguesa.

Numa palavra – toda a investigação que se possa fazer neste domínio é verdadeiramente compensadora para melhor conhecermos a criação literária, num período e num autor que, para além das modas ou das oscilações do próprio cânone, há-de oferecer sempre um modelo de vernaculismo, venustez e beleza dessa língua.